

ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES ACERCA DAS ATRIBUIÇÕES DO NAPNE/IFPR

ANALYSIS OF THESIS AND DISSERTATIONS ABOUT NAPNE/IFPR ATTRIBUTIONS

Elaine Tótolli de Oliveira¹
Lucilia Vernaschi de Oliveira²

Resumo: O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) é um órgão de assessoramento e proposição de ações e atitudes de caráter técnico-científico, presente em cada campus das Instituições Federais de Educação (IFEs), com o intuito de promover a educação para convivência, o respeito à diversidade e a eliminação de todas as formas de barreiras que possam dificultar a acessibilidade dessas pessoas no IFPR, além de propiciar o respeito ao multiculturalismo. Entendendo a importância do referido Núcleo na consolidação de políticas inclusivas, no âmbito do Instituto Federal do Paraná (IFPR), traçamos o objetivo de analisar as produções *stricto sensu* acerca das atribuições do Napne nesta instituição de ensino. A indagação sobre o material objeto de análise é: O que dizem as pesquisas *stricto sensu* sobre a atuação do Napne no processo de educação inclusiva no IFPR, disponibilizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, publicadas entre os anos de 2016 a 2020? No processo de busca utilizamos os descritores "IFPR" e "Napne". Inicialmente foram identificadas 45 pesquisas, entre teses e dissertações. A partir de uma leitura mais criteriosa, selecionamos quatro delas, pois nas demais, ou constavam apenas "Napne", de outros estados, ou "IFPR", porém não se referiam ao Napne, ou seja, não tinham a relação dos dois descritores no mesmo trabalho. Para a análise das publicações, utilizamos o objetivo, os procedimentos metodológicos e os resultados. As análises demonstraram que os documentos institucionais do IFPR fazem pouca menção ao papel que o Napne desempenha no processo de educação inclusiva, especialmente no que tange ao público da educação especial. Constatamos também que haviam professores que desconheciam as atribuições que o Napne realiza como política inclusiva no IFPR. Identificamos também que a política de inclusão dessa instituição é difusa e faz pouca referência ao público da educação especial. Outra constatação diz respeito a políticas isoladas do Napne sem finalidade pedagógica, sendo aspectos que não contribuem com a permanência do estudante na instituição. De maneira geral, as pesquisas mostram a importância deste núcleo na promoção de políticas inclusivas no IFPR, ao mesmo tempo que percebem lacunas no processo de implementação de suas ações.

Palavras-chave: IFPR; Napne; Pesquisas *stricto sensu*; Educação inclusiva.

Abstract: The Support Center for People with Specific Educational Needs (In portuguese: NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) is an advisory and proposal body of actions and attitudes of a technical-scientific nature, present on each campus of Federal Education Institutions (In Portuguese: IFEs – Instituições Federais de Educação), with the aim of promoting education for coexistence, respect for diversity and the elimination of all forms of barriers that may hinder the accessibility of these people to the IFPR, in addition to providing respect for multiculturalism. Understanding the importance of the aforementioned Nucleus in the consolidation of inclusive policies, within the scope of the Federal Institute of Paraná (In Portuguese: IFPR – Instituto Federal do Paraná), we outline the objective of analyzing the *stricto sensu* productions about the attributions of Napne in this educational institution. The question about the object of analysis is: What

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Professora de Libras no Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus Umuarama - elaine.totoli@ifpr.edu.br

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora de Educação Especial no Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus Umuarama – lucilia.vernaschi@ifpr.edu.br

do stricto sensu researches say about the role of Napne in the process of inclusive education at the IFPR, available in the Capes Theses and Dissertations Catalog, published between 2016 and 2020? In the search process we used the descriptors "IFPR" and "Napne". Initially, 45 researches were identified, including theses and dissertations. Based on a more careful reading, we selected four of them, as the others either contained only "Napne", from other states, or "IFPR", but they did not refer to Napne, that is, they did not have the relationship of the two descriptors in the same work. For the analysis of the publications, we used the objective, the methodological procedures and the results. The analyzes showed that the institutional documents of the IFPR make little mention of the role that Napne plays in the process of inclusive education, especially with regard to we also found that there were teachers who were unaware of the attributions that Napne performs as an inclusive policy in the IFPR. We also identified that the inclusion policy of this institution is diffuse and makes little reference to the special education public. Napne's isolated policies without a pedagogical purpose, being aspects that do not contribute to the student's permanence in the institution. In general, the researches show the importance of this nucleus in promoting inclusive policies in the IFPR, at the same time they perceive gaps in the process of implementing its actions.

Keywords: IFPR; Napne; Stricto sensu research; Inclusive education.

Introdução

Conforme a literatura especializada há registros de que as políticas educacionais inclusivas iniciaram no Brasil em meados do século XIX, com a fundação de Institutos de Educação para pessoas cegas e pessoas surdas. Todavia, é a partir do século XX que essas políticas se fortalecem no país, com a homologação de algumas leis, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, que garantem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) às pessoas com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino, representando um avanço no que tange às diretrizes da educação inclusiva (PINTO, 2019).

Em 1991, é promulgada a Lei nº 8.213, conhecida como Lei de Cotas, a qual em seu Art. 93, estabelece que:

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I — até 200 empregados.....2%;
- II — de 201 a 500.....3%;
- III — de 501 a 1.000.....4%;
- IV — de 1.001 em diante.5% (BRASIL, 1991).

Diante disso, aumenta a procura pela educação profissional por pessoas com deficiência (VILARONGA et al, 2021). E, em 2008, pela Lei nº 11.892, são criados os Institutos Federais (IFs), sendo instituições de formação básica, profissional e

superior, de caráter pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino (BRASIL, 2008).

Desde então, os IFs se destacam na educação pública devido à verticalização do ensino na educação profissional e tecnológica, oferecendo cursos técnicos de nível médio (integrado) e superior, cursos de graduação (licenciaturas e bacharelados) e pós-graduação *lato sensu e stricto sensu* (ZANATTA, 2019).

Os IFs passam a receber matrículas de pessoas com deficiência em busca de capacitação para o trabalho, desafiando essas instituições a se adequarem para atender a esse público (OLIVEIRA, 2018).

Por consequência disso, em 2005, foram implantados os Napnes, por meio do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TEC/NEP), com o objetivo de favorecer o acesso e a permanência de todos os estudantes, com vistas ao respeito à diversidade humana nas IFEs, propondo a existência de um núcleo por campus (VILARONGA et al, 2021).

De acordo com a Resolução IFPR nº 8/2014, o Napne é um órgão de assessoramento e proposição de apoio técnico-científico à políticas e ações de inclusão nos campi das IFEs (IFPR, 2014). Segundo o Manual de Competências do IFPR (2015, p. 183), compete ao Napne:

Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais; Dar suporte às necessidades educacionais dos alunos; Favorecer o acesso ao conhecimento, possibilitando aos alunos o desenvolvimento de competências e habilidades próprias; Fomentar a implantação e consolidação de políticas inclusivas no Instituto; Promover ações que auxiliem na permanência e êxito do estudante com necessidades educacionais específicas no IFPR, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão; Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

Diante dessa premissa, em 2012, no âmbito dos IFs, foi estabelecida a reserva de vagas nos processos seletivos para cotas sociais (para estudantes oriundos da escola pública, vinculadas ou não à renda familiar) e raciais (para pretos, pardos e indígenas), pela Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012). No entanto, a lei não contemplava as pessoas com deficiência. A omissão foi corrigida com a homologação da Lei nº 13.409/2016, que incluiu a obrigatoriedade de reserva de vagas para pessoas com

deficiência nos IFs em proporção igual aos índices populacionais do IBGE, possibilitando a ampliação de matrículas para esse público (BRASIL, 2016).

Desde então, a inclusão escolar de pessoas com deficiência nos IFs, vêm se tornando uma necessidade premente, em consequência da demanda de matrículas, dessas pessoas, que cresce a cada ano, por isso, ações efetivas de inclusão escolar são fundamentais. No entanto, essas instituições ainda estão em processo de adaptação a esse novo contexto educacional (SANTANA; RIBEIRO, 2016).

Mantoan (2003) corrobora que, a inclusão não deve ser condicionada apenas à matrícula, admitindo o acesso de todos à escola, mas, por meio de ações que garantam a permanência e a continuidade em todos os níveis de ensino possíveis. Segundo a autora, a inclusão advém de sistemas educativos revolucionários em favor de uma educação mais humana e democrática.

Nogueira e Oliver (2018) apresentam alguns fatores que interferem nas experiências de inclusão escolar de alunos com deficiência, como a complexidade dos contextos sociais, a falta de apoio técnico, a resistência de professores, a falta de participação familiar e as dificuldades específicas da própria pessoa com deficiência. Isso demonstra que o processo de educação inclusiva depende de transformações efetivas no âmbito das políticas sociais e dos direitos humanos.

Em relação às ações necessárias para que a efetivação da inclusão escolar aconteça, Mantoan (2017) salienta que, é necessário recriar o processo educativo atual nas escolas de ensino comum e a formação de professores. A autora afirma que "O aprender e o ensinar, sob o entendimento da diferença de todos nós, redefinem o que se propõe como educação escolar em nossos dias" (MANTOAN, 2017, p. 43).

Diante do exposto, surge o seguinte questionamento: o que dizem as pesquisas *stricto sensu* sobre a atuação do Napne no processo de educação inclusiva no IFPR, disponibilizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, publicadas entre os anos de 2016 a 2020? A partir desse conhecimento, sinalizar a necessidade de outros estudos dessa natureza.

A seguir apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados na realização da presente pesquisa.

Metodologia:

Para atender ao objetivo proposto realizamos uma revisão sistemática de literatura, qualitativa, do tipo “estado do conhecimento”, com base em uma tese e três dissertações, disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Capes, publicadas entre os anos de 2016 a 2020. Esse recorte temporal possibilitou aquisição de conhecimentos sobre o objeto de estudo, as atribuições do Napne no IFPR.

No processo de busca utilizamos os descritores “IFPR” e “Napne”. Inicialmente, foram identificadas 45 pesquisas, entre teses e dissertações. A partir de leitura criteriosa selecionamos quatro delas, pois nas demais ou constava apenas “Napne”, de outros estados ou constava apenas “IFPR”, sem mencionar o Napne, ou seja, os trabalhos descartados não apresentavam os dois descritores ao mesmo tempo. Para a análise das publicações utilizamos: o objetivo, os procedimentos metodológicos e os resultados dos mesmos.

Resultados e discussão dos dados

Conforme apresentamos na metodologia, foram analisadas quatro pesquisas *stricto sensu*, sendo uma tese e três dissertações. No Quadro 1, elencamos o tipo do trabalho, o ano de publicação, o título, autoria, a instituição e seu programa de origem.

Tipo	Ano	Título	Autor/a	Instituição/Programa
Tese	2017	Inclusão escolar e processos de resiliência em adolescentes e jovens da educação especial	Thais Watakabe Yanaga	Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus Presidente Prudente Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia.
Dissertação	2016	As trajetórias escolares de alunos com necessidades educacionais especiais no Instituto Federal do Paraná: uma análise dos indicadores do censo escolar	Danieli de Cássia Barreto Goessler	Universidade Estadual de Londrina – Pr Programa de Pós-graduação em Educação

Dissertação	2017	As expressões da evasão dos estudantes atendidos [pe]a] política de apoio estudantil do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Estado Do Paraná – Campus Londrina	Renata Pacheco Abreu	Universidade Estadual de Londrina – Pr Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social
Dissertação	2018	A oferta do esporte para os alunos com deficiência no Instituto Federal do Paraná – IFPR, campus Paranaguá: um movimento de reprodução ou resistência?	André Santos Cancelli	Universidade Federal do Paraná – Curitiba Programa de Pós-Graduação em Educação Física

Quadro 1 – Apresentação e caracterização da tese e das dissertações analisadas.

Fonte: As autoras, com base em teses e dissertações pesquisadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (2021).

O primeiro trabalho analisado foi uma tese intitulada “Inclusão escolar e processos de resiliência em adolescentes e jovens da educação especial”, a qual foi defendida em 2017 por Thais Watakabe Yanaga na Universidade Estadual Paulista - Unesp – Campus Presidente Prudente. A investigação analisou como as ações de inclusão se articulam com processos de resiliência em adolescentes e jovens da educação especial, a partir da perspectiva de alunos e professores. A pesquisa foi realizada em seis campi do IFPR compreendendo dois momentos, o primeiro refere-se à análise de documentos da instituição verificando as políticas, princípios e ações constantes sobre a inclusão de alunos da Educação Especial, com ênfase no papel do Napne nesse processo. O segundo, diz respeito à pesquisa de campo, realizada em seis campi, por meio de entrevista semiestruturada com quatorze professores de diversas áreas do conhecimento e doze estudantes com deficiência, sendo quatro surdos, dois com Síndrome de Asperger, um cego, um deficiente visual, um com Síndrome de Down, um com amputação do braço, um com raquitismo, um com

mielomeningocele, considerados em processo de resiliência, além disso, também investigou o papel no Napne.

Na introdução de sua pesquisa, Yanaga (2017) afirma que no ano de 2012 foi coordenadora do Napne na instituição em que trabalhava, e, em decorrência disso se especializou na área de educação especial, aspecto que contribuiu com seus conhecimentos sobre a temática. Quanto aos documentos institucionais analisados, a autora afirma que estes fazem pouca referência ao Napne. Constatou que apenas em 2015, o documento denominado “Manual de Competências do IFPR” tratou de descrever as atribuições das unidades organizacionais, que foram definidas pelo Estatuto e pelo Regimento Geral do IFPR. Ao tratar do Napne nos campi, a autora assevera que:

[...] as competências também englobam a questão da implantação e consolidação das políticas inclusivas que, neste caso, entendemos que faz referência à inclusão escolar do PAEE. Porém, no Manual de Competências não encontramos um detalhamento das competências e das formas de atendimento do aluno pelo NAPNE, não mencionando o AEE em nenhum momento (YANAGA, 2017, p. 78).

Quanto à apresentação da investigação, a pesquisadora a organizou em sete categorias, às quais denominou de tensões, a saber: acesso a recurso material, justiça social, relacionamentos, identidade, coesão, poder e controle e aderência cultural. No que se refere à análise dos documentos institucionais, em todas as tensões, ficou evidente a necessidade de consolidação do Napne nos campi. De forma geral, os entrevistados revelaram a necessidade de fortalecimento do Napne e do AEE pelo IFPR.

Os resultados apontaram para poucas atitudes de inclusão desenvolvidas no IFPR, “[...] pois a maioria das ações era realizada por iniciativa própria dos professores e da equipe pedagógica” (YANAGA, 2017, p. 8). Apesar da concepção dos docentes, os estudantes entrevistados relataram sentimento de inclusão, com exceção dos surdos, especialmente pela falta de educação bilíngue adequada.

Enfim, o relacionamento dos participantes da pesquisa com o Napne revelou-se preocupante, uma vez que muitos alunos e professores não sabiam da existência e da funcionalidade do referido núcleo. Assim sendo, a autora adverte que o Napne é um meio para que o aluno da educação especial participe ativamente na instituição, considerando o núcleo como um espaço de referência que promove educação de

qualidade, cuja função principal seria a de difundir a cultura inclusiva na comunidade acadêmica, acolher e encaminhar as demandas dos estudantes para atendimentos específicos.

A segunda pesquisa analisada intitula-se “As trajetórias escolares de alunos com necessidades educacionais especiais no Instituto Federal do Paraná: uma análise dos indicadores do censo escolar”, defendida em 2016 por Danieli de Cássia Barreto Goessler, na Universidade Estadual de Londrina/PR. Trata-se da primeira entre as três dissertações selecionadas para análise.

Goessler (2016) traçou o objetivo de avaliar os resultados da articulação das políticas de Educação Inclusiva e de Educação Profissional para os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), mediante a análise das trajetórias escolares com base nos indicadores do Censo da Educação Básica. Nesse sentido, buscou responder ao questionamento: o que as trajetórias escolares de alunos com NEE, em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, revelam sobre os resultados da articulação de políticas de educação profissional e educação especial na perspectiva inclusiva. Para isso, a autora analisou documentos institucionais do IFPR e dados oficiais de matrículas do Censo Escolar, no período de 2009 a 2013.

Na investigação das políticas de inclusão desses alunos na educação profissional do IFPR, a autora destacou o papel fundamental que o Napne ocupa nesse processo. Da análise de documentos do IFPR, nosso foco de investigação no presente artigo, os resultados referentes à inclusão demonstraram que estes se mostraram genéricos, e não voltados à inclusão específica na Educação Especial, aspecto que ainda não se consolidou adequadamente no IFPR, de acordo com que preconizam as políticas de atendimento aos estudantes com NEE. “As trajetórias pós-ingresso no IFPR indicaram que, no mínimo, 51,72% dos alunos com NEE não concluíram seus cursos. Isto representa mais da metade do total de alunos com NEE [...]” (GOESSLER, 2016, p. 8). Entretanto, a autora assevera que é de competência do Napne a colaboração na implantação e consolidação de políticas inclusivas de acessibilidade, permanência e êxito acadêmico dos estudantes, aspecto que vem se realizando gradativamente na instituição.

A terceira pesquisa que analisamos é a segunda dissertação, com o título “As expressões da evasão dos estudantes atendidos [pela]³ política de apoio estudantil

³Acrescentamos a expressão [pela] no título da pesquisa apenas para dar sentido à ligação entre termos.

do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná – Campus Londrina”, produzida por Renata Pacheco Abreu (2017), com base na temática: a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e os motivos de evasão dos estudantes atendidos pelos seus programas de bolsas e auxílios durante a realização de cursos presenciais no campus mencionado, especialmente o público atendido pelo Napne.

A motivação para a pesquisa se deu a partir de indagações da pesquisadora acerca da contribuição da Política de Apoio Estudantil do IFPR no processo de inclusão escolar a partir das percepções dos estudantes. Para isso, traçou o objetivo de analisar os motivos de evasão dos estudantes atendidos pela referida Política. A investigação foi de natureza qualitativa, e se deu por meio de revisão bibliográfica e documental do IFPR e de campo, realizando entrevistas com estudantes beneficiados por programas de apoio estudantil e evadidos da instituição.

Sobre o papel institucional desempenhado pelo Napne, afirmou que “As ações do NAPNE estão incluídas como ações da Política de Apoio Estudantil” (ABREU, 2017, p.144). A autora elenca outras ações da Cartilha de Assistência Estudantil do IFPR (2016), como: mobilidade estudantil, que envolve intercâmbios nacionais e internacionais; e desenvolvimento de atividades culturais e de ensino, envolvendo ações como a distribuição de instrumentos musicais para todos os campi (ibidem).

Os resultados indicam a evasão como fenômeno multifatorial e a política de assistência estudantil como elemento fundamental para a permanência do estudante na instituição de ensino. Entretanto, a referida política, de forma isolada, não garante o êxito acadêmico do estudante. Abreu (2017) adverte que é necessário que esta esteja sintonizada com a proposta pedagógica institucional, do contrário, se constitui em instrumento fragmentado e parcializado no atendimento estudantil.

A quarta pesquisa analisada trata-se da terceira dissertação, cujo título é “A oferta do esporte para os alunos com deficiência no Instituto Federal do Paraná – IFPR, campus Paranaguá: um movimento de reprodução ou resistência? ”, de André Santos Cancelli, defendida em 2018, na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba.

Considerando a criação do sistema de cotas para a pessoa com deficiência, instituído em 2016, nos processos de seleção do IFPR, com base na Meta 4 do atual

Plano Nacional de Educação (PNE), Cancelli (2018) traçou o objetivo de verificar como se constitui a oferta do esporte para a pessoa com deficiência no IFPR, campus Paranaguá. A pesquisa é do tipo qualitativa, de cunho descritivo e analítico, se deu por meio de revisão histórica da legislação esportiva no país e dos seguintes documentos: site da Rede Federal EPCT, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPR (2014-2018), Projeto Político Pedagógico (PPP) do campus Paranaguá e os Planos de Ensino Curriculares da Educação Física (PECEFs).

Cancelli (2018) relatou que no ano de 2014 tornou-se membro do Napne na instituição em que trabalhava. Afirmou que o objetivo desse Núcleo é o de “[...] assistir os alunos que carecem de atendimento especializado” (p. 20). Em decorrência dessa experiência aumentou seu contato com grupos minoritários e pessoas com deficiência. Ainda sobre o papel do Napne no processo de inclusão escolar no IFPR, o autor apontou a seção 2.4 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2014, p. 49), o qual tratava, à época, sobre Políticas de Ensino há um item assim descrito: “Acompanhamento dos Estudantes junto ao Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - Napne”. O autor também fez alguns resgates de documentos que tratam da implantação e atribuições dos Napnes nos campi do IFPR.

Os resultados da pesquisa indicam que a oferta do esporte no IFPR “[...] impede a participação dos alunos com deficiência, uma vez que, enquanto políticas de ensino, atende somente os alunos que apresentam “corpos perfeitos” ou dentro de um padrão de “normalidade” (CANCELLI, 2018, p. 133). O pesquisador deixa evidente que o IFPR, à época da investigação, tratava-se de uma instituição de recente criação, e que em seu PDI não se constataram indicativos relativos às práticas esportivas. Deixa evidente também que, embora o movimento de inclusão seja de toda a instituição, esta prática é, quase sempre, direcionada às atribuições do Napne, apenas.

Considerações finais

No presente estudo analisamos uma tese e três dissertações acerca das atribuições do Napne do IFPR como coadjuvante no processo de educação inclusiva. Para tanto, empregamos uma revisão sistemática de literatura, por meio da qual foram coletados e analisados dados ligados ao objeto de estudo.

Além de identificar o que já foi produzido sobre determinada temática é de grande importância para o entendimento de seu estado de conhecimento. Por isso, a revisão de literatura que realizamos contribui com nosso entendimento acerca de como o Napne se apresenta nos documentos oficiais do IFPR, bem como o que as pesquisas de campo *stricto sensu* denotam sobre essa realidade.

De forma geral, os trabalhos analisados demonstram que os documentos institucionais do IFPR fazem pouca menção ao papel que o Napne desempenha no processo de educação inclusiva. Demonstrando que houve professores participantes de determinada investigação que desconheciam as atribuições que o Napne realiza como política inclusiva na instituição. Também foi constatado que a política de inclusão do IFPR é difusa e faz pouca referência ao público da educação especial. Outra constatação diz respeito a políticas isoladas do Napne sem finalidade pedagógica, são aspectos que não contribuem com a permanência do estudante na instituição.

Vale destacar que o estudo aqui realizado não esgota os conhecimentos sobre o papel que o Napne representa no processo de educação inclusiva no IFPR, no que se refere aos estudantes que necessitam de medidas e ações de acessibilidade para lograr êxito no ingresso, desempenho e sucesso acadêmico. Por isso, indicamos que outras investigações desta natureza sejam realizadas.

Referências

ABREU, Renata Pacheco. **As expressões da evasão dos estudantes atendidos [pela] política de apoio estudantil do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Estado Do Paraná – Campus Londrina**. 2017. 236 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina – UEL – Londrina/PR, 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. [S. l.], 29 dez. 2008.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio e dá outras providências. [S. l.], 2o ago. 2012.

_____. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência

nos Cursos Técnicos de Nível Médio e Superior das Instituições Federais de Ensino. [S. l.], 28 dez. 2016.

_____. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm> Acesso em: 28 de jul. 2021.

CANCELLA, André Santos. **A oferta do esporte para os alunos com deficiência no Instituto Federal do Paraná – IFPR, campus Paranaguá:** um movimento de reprodução ou resistência? 2018. 144. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná – UFPR – Curitiba/PR, 2018.

GOESSLER, Danieli de Cássia Barreto. **As trajetórias escolares de alunos com necessidades educacionais especiais no Instituto Federal do Paraná:** uma análise dos indicadores do censo escolar. 2016. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina – UEL – Londrina/PR, 2016.

IFPR. **Manual de Competências.** IFPR, 2015. Atualizado conforme organograma Portaria nº 728/2020. Disponível on-line: < <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/728-MC-2.1.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

IFPR. **Resolução IFPR nº 8, de 30 de abril de 2014.** Regulamenta o Regimento Interno Comum aos Câmpus do Instituto Federal do Paraná. [S. l.], 30 abr. 2014.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** o que é? Porquê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições. **Inclusão Social**, v.10, n. 2. 2017. p. 37-46. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4030>. Acesso em: 29 de Jul, 2021

NOGUEIRA, Lilian de Fátima Zanoni.; OLIVER, Fátima Corrêa. Núcleos de acessibilidade em instituições federais brasileiras e as contribuições de terapeutas ocupacionais para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. **Cad. Bras. Ter. Ocup.** São Carlos, v. 26, n. 4. 2018. p. 859-882. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/kRTBLNNbPVdnj8SCVDWncRF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 de jul. 2021.

OLIVEIRA, M. D. **A inclusão no contexto dos Institutos Federais de Educação: a trajetória pedagógica do NAPNE/IFTM – Campus Uberaba.** 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) - Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM - Campus Uberaba/MG, 2018.

PINTO, H. H. C. **Políticas e ações de educação especial e inclusão no Instituto Federal Goiano.** 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás - UFG - Campus Catalão/GO, 2019.

SANTANA, G. O; RIBEIRO, N. M. A inclusão escolar de pessoas com deficiência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia campus Salvador: a constatação de uma realidade. **Revista Educação, Tecnologia e Cultura E.T.C.** Salvador, 2016. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br>. Acesso em: 29 de jul. 2021.

VIRALONGA et al. Inclusão escolar e atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas no Instituto Federal de São Paulo. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 102, n. 260, p. 283-307. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/CZy8XDFbQgZrYRjmqsgY8bJ/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

YANAGA, T. W. **Inclusão escolar e processos de resiliência em adolescentes e jovens da educação especial.** 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus Presidente Prudente/SP, 2017.

ZANATTA. Odacir Antônio *et al.* **Passado, Presente e Futuro: 10 anos de IFPR.** Curitiba: IFPR, 2019.